

PRODUTO EDUCACIONAL

**TRABALHANDO A LEI 10.639/03 NO ENSINO
FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS**

KATIA DE SOUZA MERENCE

TRABALHANDO A LEI 10.639/03 NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

APRESENTAÇÃO

Este material de apoio foi construído a partir da pesquisa de mestrado sob o título “Aplicação da Lei 10.639/2003 na perspectiva dos professores do Ensino Fundamental anos iniciais das escolas quilombolas Jiboia e Orci Batalha em

Presidente Kennedy/ES”, buscando subsidiar os professores em suas aulas.

A Pesquisa de mestrado teve como objetivo verificar como os professores de História, Arte e Literatura aplicam os conteúdos propostos pela Lei 10.639/2003, no que concerne ao cumprimento da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em duas escolas públicas municipais de Presidente Kennedy/ES.

A pesquisa se justificou por oferecer e problematizar a temática da Lei 10.639/03 no dia-a-dia escolar, destacando as percepções dos professores a respeito deste marco legal e sua implementação na escola de pesquisa. Sendo assim, se averiguou os saberes dos professores a partir da afinidade de conhecimento que esses têm com a Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

Dessa forma, este material apresentará alguns pontos importantes sobre a lei, bem como, sugestões de atividades para que os professores possam trabalhar com os seus alunos, buscando auxiliar e inovar suas práticas pedagógicas.

O SENTIDO DA LEI 10.639/03

A Lei 10.639/03 institui as diretrizes e bases da educação nacional, tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas instituições escolares. A mencionada Lei apresenta os seguintes indicativos:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afrobrasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. [...]

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra.

A regulamentação da Lei 10.639/2003 ao determinar que o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica em nosso país, seja obrigatório, tem por objetivo fazer com que os conteúdos ministrados nessa disciplina possa ser a principal ferramenta de luta contra o racismo dentro do espaço educativo. Essa lei é fruto das lutas históricas dos movimentos sociais que conforme Santos (2011) estimam por uma educação para a equidade racial, um desenvolvimento humano que gere valores não racistas.

A concepção dessa lei nasceu para que existisse o reconhecimento adequado, da importância na valorização da cultura africana, que cooperaram de tal maneira para a história e desenvolvimento do nosso país.

A obrigatoriedade de inclusão de História de História e Cultura Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura do seu povo, buscando reparar danos, que repetem há cinco séculos a sua identidade a seus direitos. A relevância de estudos de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe a população negra, ao contrário, dizem respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educarse enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática. Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que propicia diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e europeia. (ARCO-VERDE, 2006)

Necessita-se sobressaltar que a Lei 10.639/03 não abrange apenas novos conteúdos como ainda gera um repensar a respeito das relações sociais e étnicoraciais, do mesmo modo como uma ponderação a respeito dos métodos de ensino, as ações pedagógicas e as finalidades da educação nas instituições de ensino. É uma nova visão e uma transformação de atitude sobre a história afro-brasileira. É uma alteração nas técnicas pedagógicas para que se reverta à um olhar estereotipado a respeito da população negra.

Munanga (2015) coloca que:

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, [...] essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional. (MUNANGA, 2005, p.16)

A consideração da cultura africana surge como suplantação do racismo e da discriminação ainda muito presente em nossa sociedade, é a luta do Movimento Negro para o reconhecimento de iniquidades e falhas históricas cometidas durante anos contra a população afrodescendente, é a batalha pela cidadania e da democracia para todos (PRADO e FÁTIMA, 2016). Tendo como ampla conquista a implementação da Lei 10.639/03, a qual dá voz aos excluídos e estima uma civilização tão rica e formadora da identidade do povo africano e seus descendentes.

Assim, os movimentos negros batalham pelo término do preconceito e discriminação racial e a sua consideração no apoio cultural no desenvolvimento da sociedade brasileira. Contudo, a discriminação racial ainda é um componente muito presente na sociedade, mesmo que tenham leis que penalizem essa prática.

O Brasil sofre intervenção de diversas etnias, não podendo deixar de corroborar esses pontos nas práticas escolares. Valorizando as nossas procedências é estimar o nosso povo e nossa história, os educandos necessitam entender a importância e a decorrência dela a respeito do nosso processo histórico.

A valorização do negro tem em vista, valorizar tudo o que foi esquecido ou riscado da nossa história, os quais foram considerados povos primitivos ou inferiores, sendo urgente que os professores estejam preparados para trabalhar as relações étnico-raciais tentando acabar com as diferenças existentes (ALMEIDA, 2014).

A trajetória do negro no Brasil ao longo da história consiste na discriminação racial, na escravidão e no desrespeito aos seus direitos. O final da escravidão não denotou uma consideração do negro como cidadão da sociedade, foi o princípio de uma batalha por consideração, importância, visibilidade e equidade racial.

Schwarcz (2001, p 52.) assegura que “[...] pode-se dizer que o racismo brasileiro constitui uma espécie de discurso costumeiro, praticado como tal, porém pouco oficializado. Com efeito, uma das especificidades do preconceito vigente no país é seu caráter não-oficial”.

O objetivo do Decreto nº 10.639 / 03 é orientar as instituições de ensino no entendimento de suas atribuições, de forma a incorporar a diversidade sociocultural brasileira nas práticas escolares, fazendo com que as pessoas valorizem a matriz cultural brasileira e eliminem a discriminação.

Sendo a instituição escolar um ambiente de desenvolvimento de cidadãos e constituição de identidade, ela desempenha uma função importante na concretização desta lei. Procurando transformar as práticas educativas e implementando o currículo escolar conforme os indicativos da lei.

TRABALHANDO A LEI 10. 639/03 NO ENSINO FUNDAMENTAL I



Professor, apresente para seus alunos o vídeo "O cabelo de Sara" disponível no link: https://www.youtube.com/watch?v=oxW2L_K-K-5o



Para refletir ...

Vocês já se sentiram como Sara alguma vez?

Já viram algum colega mal tratar seu colega?

Vocês sabem o que é discriminação racial?

O que você faria diante de uma situação de discriminação



Nesse momento professor você deve abordar questões sobre discriminação racial, bullying na escola, etc...

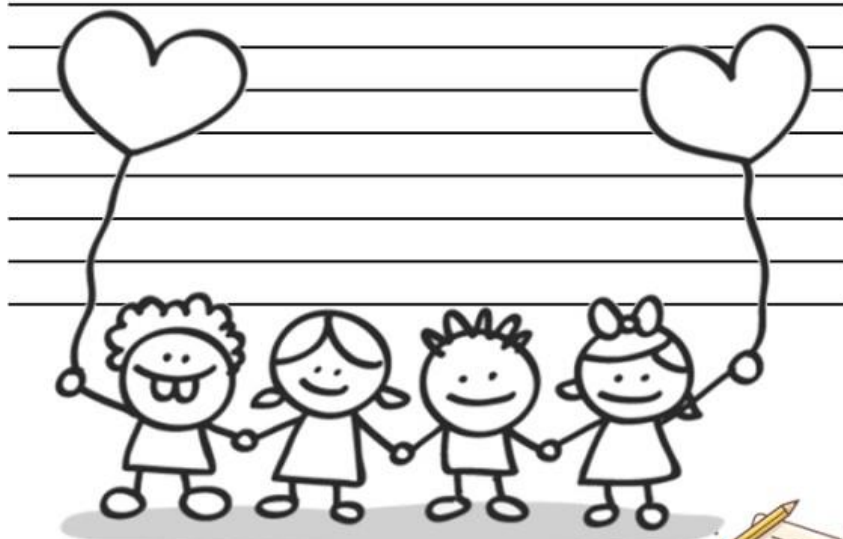
Atividade 1

NOME: _____ DATA ___ / ___ / ___

Bem, a igualdade de todos perante a lei está lá na Constituição. Mas na prática... quanta diferença! Existem uma coisa muito ruim chamada preconceito!

<https://www.canalkids.com.br/>

Você sabe o que é? Escreva um pequeno texto falando sobre o que você entende sobre preconceito.



WWW.ATIVIDADES.PARA.BAIXAR.COM



Atividade 2

Caça - Palavras

As palavras deste caça palavras estão escondidas na horizontal e vertical, sem palavras ao contrário.

T	R	A	C	I	S	M	O	K	R	E	I
D	E	S	I	G	U	A	L	D	A	D	E
V	S	C	C	E	I	Y	N	X	Ç	I	P
G	P	L	T	O	E	A	U	U	A	M	E
T	E	T	H	L	H	L	E	R	I	T	D
G	I	E	S	A	I	M	T	G	N	I	S
L	T	E	N	H	W	T	N	H	O	T	T
E	O	A	B	A	C	H	I	L	P	R	A
F	W	H	O	S	W	C	A	E	I	L	S
S	D	O	N	I	T	L	O	A	H	O	E
T	K	Y	T	L	N	E	U	O	S	T	T
E	P	R	E	C	O	N	C	E	I	T	O

DESIGUALDADE
PRECONCEITO
RAÇA

ETNIA
RACISMO
RESPEITO

Professor peça que seus alunos leiam o trecho do texto “Menina bonita do laço de fita” de Ana Maria Machado. São Paulo. Editora Ática, 2011.



Era uma vez uma menina linda, linda.

Os olhos pareciam duas azeitonas pretas, brilhantes, os cabelos enroladinhos e bem negros.

A pele era escura e lustrosa, que nem o pelo da pantera negra na chuva.

Ainda por cima, a mãe gostava de fazer trancinhas no cabelo dela e enfeitar com laços de fitas coloridas. Ela ficava parecendo uma princesa das terras da África, ou uma fada do Reino do Luar.



Agora professor peça que seus alunos respondam as questões abaixo:

- Quem é a menina bonita do laço de fita?
- Como o texto descreve a menina?
- Com a pele de qual animal é comparada a menina?
- O que a mãe fazia para enfeitar a menina?
- O que você mais gostou na menina?

Atividade 3



Menina Bonita do Laço de Fita

Ana Maria Machado

NOME _____

ATIVIDADE _____ DATA ____/____/____.

COMPLETE O TEXTO COM AS PALAVRAS QUE ESTÃO FALTANDO.

MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA

ERA UMA VEZ UMA _____ LINDA, _____.
OS OLHOS PARECIAM DUAS AZEITONAS _____ BRILHANTES,
OS _____ ENROLADINHOS E BEM _____.
A PELE ERA _____ E LUSTROSA, QUE NEM O PELO DA
_____ NEGRA NA CHUVA.
AINDA POR CIMA, A _____ GOSTAVA DE FAZER TRANCINHAS
NO CABELO DELA E ENFEITAR COM LAÇOS DE _____
COLORIDAS. ELA FICAVA PARECENDO UMA PRINCESA DAS
TERRAS DA _____, OU UMA FADA DO REINO DO LUAR.



MENINA	LINDA
PRETAS	CABELOS
NEGROS	ESCURA
PANTERA	MÃE
FITA	ÁFRICA

Atividade 4

SEQUÊNCIA DIDÁTICA MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA

QUAL É A PRINCIPAL MENSAGEM QUE A HISTÓRIA QUER PASSAR?



VOCÊ DARIA UM OUTRO FINAL PARA A HISTÓRIA? COMO SERIA?





Agora professor vamos trabalhar com imagens. Assim peça que seus alunos recorte diversos rostos de pessoas das mais diversas etnias e cole no mapa abaixo:

Atividade 5



Atividade 6



Nessa atividade professor peça que seus alunos construam um mural com fotos e imagens das mais variadas pessoas, das diversas situações, trabalho, cultura, etc...



Atividade 7



Professor, na próxima atividade o texto abordará sobre os costumes dos negros africanos.



OS NEGROS AFRICANOS E SEUS COSTUMES

Os negros africanos pertenciam a muitos reinos e falavam diferentes línguas e dialetos. Tinham, também, diferentes costumes.

Entre seus utensílios domésticos, encontravam-se pratos de argila, facas de pedra e de ferro, cuias, vasos para água.

Alguns povos utilizavam peles de animais para dormir sobre elas. Outras dormiam sobre estrados de madeira.

As tarefas domésticas eram divididas. As mulheres cuidavam das pequenas lavouras e do preparo da alimentação. Os homens cuidavam das grandes plantações, caçavam e pescavam.

Dos animais que eles caçavam aproveitavam a carne e o couro, e do elefante retiravam o marfim.

Muitas aldeias tinham fornos para fundir o ferro e forjas para fabricar ferramentas e armas. Entre as armas, era comum o uso de arco e flecha, da azogaia, da lança e do cajado nodoso.

Todos cuidavam do corpo com capricho, usavam diferentes cortes no cabelo. Alguns povos se tatuavam e furavam as orelhas, o lábio e o nariz.

Conheciam muitas plantas medicinais e as utilizavam acompanhadas de rituais religiosos.



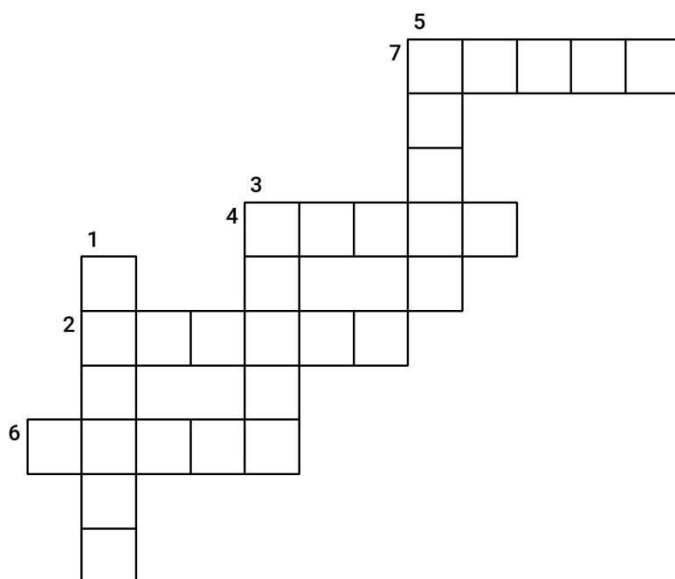
1 Numere os parágrafos no texto e, depois, complete o quadro conforme o modelo.

Parágrafo	Idéia principal
	Utensílios domésticos
	Armas
Primeiro (1º)	
Quinto (5º)	
Oitavo (8º)	Plantas medicinais

ATIVIDADE 8



Nessa atividade os alunos terão que completar a cruzadinha .



Horizontal

- 2. argila
- 4. couro
- 6. vasos
- 7. facas

Vertical

- 1. cajado
- 3. cuias
- 5. ferro

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2003, foi sancionada a Lei 10.639/2003, que determinou a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, nas escolas da rede pública e particular de ensino em todo território nacional. Um ano depois, em 2004, o Conselho Nacional de Educação aprova o Parecer CNE/CP 03/2004 e a Resolução CNE/CP 01/2004, que instituem e regulamentam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

A criação desta lei não se deu ao acaso, ela é um reflexo de uma luta histórica dos movimentos sociais negro, que lutavam e lutam pela valorização do legado africano e afro-brasileiro na educação, cujo objetivo sempre foi o da reparação e reconhecimento deste legado. Podemos dizer que a luta histórica dos negros no Brasil teria se iniciado desde os tempos da escravidão, quando muitos resistiram contra ela. Essa resistência tendeu a crescer após a abolição ter sido declarada, pois como sabemos, acabou a escravidão, mas continuamos a ser uma sociedade discriminatória em relação aos negros, índios, condicionando o modo de agir e pensar do povo brasileiro.

A criação da citada 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), ao determinar no Art. 26 que nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, quer sejam eles oficiais ou particulares que se tornava obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e ainda no Parágrafo Primeiro definir que o conteúdo programático incluiria o estudo da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, abriu uma importante brecha para transformações, no que concerne a valorização dessa etnia, buscando a igualdade entre todos os cidadãos brasileiros e conseqüentemente, abrindo caminho para o fim das discriminações.

Convém destacar que a lei 10.639/2003, além de tratar das temáticas que já anunciamos anteriormente, no que se refere aos conteúdos da disciplina História está posto ainda no Parágrafo Segundo do Art. 26, que “Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar em especial, nas áreas de Arte e Literatura e Histórias Brasileiras”. (Lei 10.639/2003).

Muito ainda tem que ser feito para que preconceito, a discriminação, o racismo em relação ao negro seja extinto no Brasil, em especial nas escolas brasileiras. Os educadores em especial, podem e devem desempenhar um importante papel no desvelamento da chamada democracia-racial, estes precisam estar engajados, comprometidos com a tarefa educativa, no intuito de contribuir coletivamente para que possamos promover transformações sociais nas escolas e no país.

Assim, é preciso mudar a concepção sobre o negro e sua cultura para que possamos acabar com o preconceito que permeia nas escolas e na sociedade. Para que possamos dar um passo avante, entendemos que é preciso em primeiro lugar que se entenda o processo de formação do povo brasileiro. Entender que cada etnia, negros, índios e branco deram sua contribuição a essa formação e eu ninguém é mais importante que o outro. Reconhecer a importância do negro na formação do Brasil é significativo e pode a partir dessa compreensão acabar com a discriminação que historicamente vem ocorrendo e acontece cotidianamente nas escolas muitas vezes de forma sutil, dissimulada, como se fossem “brincadeiras”, “gracinhas”, que acabam inferiorizando o sujeito.

Dessa forma, a criação da Lei 10.639/2003 deu importante passo para que por meio de conteúdos curriculares possamos estar refletindo acerca de um problema tão grave que é o de se construir identidade que foram negadas as silenciadas ao longo dos séculos. Questões de raça, etnias podem e devem ser trabalhadas por todos os educadores objetivando que num futuro próximo possamos estar mudando comportamentos escolares que condenem à discriminação, o preconceito, o racismo.

Para tanto, essa lei deve nortear as práticas pedagógicas e políticas nas instituições de ensino para que possa dar espaço visível ao conhecimento desenvolvido pela população negra, romper com um modelo etnocêntrico de educação, bem como aprimorar um tipo de educação onde as crianças e os jovens negros sejam capazes de se sentirem pertencentes.

Portanto, discutir a implementação da Lei 10.639 nas escolas é muito significativo, pois, esta lei surgiu conforme já pontuamos para buscar valorizar o legado africano e afro-brasileiro e ainda, discutir um problema crucial que é o lugar social dos negros no Brasil e conseqüentemente, discutir a questão do racismo e do preconceito. Nesse sentido, importante se faz uma discussão teórica destes dois conceitos.

Na pesquisa ficou evidenciado a falta de conhecimento dos professores, sendo necessário a escola promover momentos de discussão sobre a Lei 10.639/2003, promovendo dessa forma uma formação continuada, para assim trabalharem de forma correta, contemplando a lei em seu currículo, para que os alunos construam sua identidade respeitando a diversidade.

É necessário trabalhar a lei de maneira articulada em todas as disciplinas, mostrar que temos pintores, escultores, escritores negros, assim, como em outras tantas profissões. Precisamos valorizar a nossa cultura.

Portanto, pode-se perceber que a prática dos professores acontece de maneira solitária em suas experiências individuais. Mesmo assim, eles utilizam os poucos recursos de que dispõem para difundir o conhecimento sobre a temática africana e afro-brasileira, culminando em práticas antirracistas, visto que não existe um material didático disponível para os professores trabalharem os conteúdos da lei. Outro ponto observado é que a Secretaria de Educação do município não desenvolve ações para que os conteúdos da lei sejam trabalhados pelos professores, dificultando o trabalho dos mesmos, necessitando que está proporcione momento de discussão e reflexão sobre a lei.

A implementação da Lei 10.639/03 continua sendo um desafio para os sistemas de ensino, educação básica e superior, gestores e professores, enfim, para a sociedade como um todo. Sua verdadeira eficácia virá quando todos, educadores e sociedade, perceberem que não alcançaremos a educação igualitária que almejamos, a menos que nos libertemos dos preconceitos e discriminações que permanecem em nossas mentes, impedindo-nos de ver o outro e suas peculiaridades.

Portanto, o papel da escola de forma democrática e comprometida é estimular a formação valores, hábitos e comportamentos que respeitam as diferenças e particularidade dos grupos e minorias, sendo fundamental no processo formativo de todos da sociedade e abrindo caminho para a expansão da cidadania nacional.

REFERÊNCIAS

_____. Ministério da Educação. Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003.

Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=236171>. Acesso em nov. 2020.

ALMEIDA, Ana Maria Leal. Doenças/causa-mortis dos escravos em Vassouras. **ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E MEIO**

AMBIENTE, 3., 2012, Niterói, RJ. **Anais...** Niterói, RJ, 2012.

ALMEIDA. Tatiane Machado de. **A importância da implementação das Leis**

10.639/03 e 11.645/08 e sua articulação com os conteúdos estruturantes da

Educação

Física.

Disponível

em

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uepg_edfis_artigo_tatiane_machado.pdf. Acesso em 27 nov. 2020.

AMORIM, Roseane Maria de. O (A) negro (a) na sociedade brasileira ontem e hoje: o papel das categorias, raça, etnia e classe social para a educação escolarizada. Revista Lugares de Educação. **Bananeiras**, v. 1, n. 1, p. 87-106, jan.-jun. 2011.

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo**. Bauru: EDUSP, 1998.

ARCO-VERDE, Yvelise Freitas de Souza. Prefácio. In **Cadernos Temáticos - História e cultura afro-brasileira e africana: educando para as relações étnicoraciais**. Curitiba: SEEDPR, 2006

BARRIOS, Andressa Farias; CAETANO, Márcio Rodrigues Vale. Racismo estruturante: as vestes do tecido social brasileiro. **Revista Gepes**. Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental.

Disponível em: <http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida> Acesso em 05 de novembro de 2021.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Cidadania em preto e branco**. São Paulo, Editora Ática, 1998.

BERTIN, Enidelce. **Alforrias em São Paulo do século XIX: liberdade e dominação**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SEF, 2004.

CAMARGO, Arlete Maria Monte de. **Educação em Perspectiva**. A formação inicial de professores para os anos iniciais da escolaridade: o currículo como categoria central v. 4, n. 1, p. 63-86, jan./jun. 2013

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humana e Sociais**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CONRAD, Robert Edgar. **Tumbeiros**: o tráfico de escravos para o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, Marisa Vorraber. Currículo e política cultural. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2003. p. 37-68.

CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uirá. **Metodologia científica**: Teoria e prática. Rio de Janeiro. Editora, 2003.

CUNHA Junior, Henrique. **Textos para o movimento negro**. São Paulo: EDICON, 1992.

D'ADESKY, J. **Racismos e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2001.

DIAS, Matheus Felipe Gomes. **A Frente Negra Brasileira: Institucionalização, Contestação e Fascismo**. Belo Horizonte, v.2, n.1 2019.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. In: **Revista Tempo**. Niterói, v. 12, n. 23, 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>. Acesso em 24 jan. 2021.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro: história, tendências e dilemas contemporâneos. **Revista de História (UFES)**, v.21, p.101-124,2008.

ENGEMANN, Carlos. Escravidão africana no Brasil. In: CAMPOS, Adriana Pereira; SILVA, Gilvan Ventura da. **O sistema escravista luso-brasileiro e o cotidiano da escravidão** (Org.). Vitória, ES: GM Editora, 2011. p. 25-43.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERLINI, Vera do Amaral. **A civilização do açúcar**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Nacional, 1965.

FERNANDES, Florestan. A sociedade escravista no Brasil. In: IANNI, Octavio (org.). **Florestan Fernandes: Sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790–c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza/CE: UEC, 2002.

FRANCO, Sebastião Pimentel. **O terrível mal do Oriente**: o cólera na província do Espírito Santo (1855-1856). Vitória/ES: Edufes, 2015.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GATTI, Bernadete Angelina et al. "Formação de Professores para o Ensino Fundamental: Instituições Formadoras e seus Currículos". In: **Estudos & Pesquisas Educacionais**, n. 1, São Paulo, Fundação Victor Civita, 2010, p. 95-138.

GIROUX, Henry. **Pedagogia radical: subsídios**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Manoel Messias. Et all. **Reflexões sobre a formação de professores**: características, histórico e perspectivas. Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/15/reflexoes-sobre-a-formacao-de-professores-caracteristicas-historico-e-perspectivas> Acesso em: 10 de outubro de 2021.

GOMES, Nilma Lino. Implantação da lei 10.639 esbarra na gestão do sistema e das escolas. **Revista Nação Escola**, n.2 – NEN (Núcleo de Estudos Negros), Florianópolis-SC: ATILÊNDE, 2010.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (org.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 67-89.

GOMES, Nilma Lino: Movimento negro e educação. **Educação e Sociedade**. vol.33, nº120, Campinas/SP, p. 727-744, Julho/setembro. 2012.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira e SILVA, Gonçalves Petronilha Beatriz – Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, nº15, p.134-158 Set/Out/Nov/Dez. 2000.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: companhia das letras, 2000.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUNA, Luiz. **O negro na luta contra a escravidão**. Rio de Janeiro: Leitura, 1968.

MACEDO, João Heitor Silva. A implantação da lei 10.639/2003 como forma de inclusão social: uma etnografia da lei. **Identidade**. São Peopoldo/RS. v. 19, n. 1, p. 32/43, Jan./Jun. 2014.

MACIEL, Cleber. **Negros no Espírito Santo**. Vitória-ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos Estudos. Cebrap**. N. 74, São

Paulo, mar. 2006. Disponível em;

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000100007 Acesso em: 24 de fevereiro de 2021.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MERLO, Patrícia Maria da Silva. **O nó e o ninho**: estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871. 2008. Tese (Doutorado Em História)- Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MONTEIRO, Roberta Amanajás. **A inserção do negro na sociedade brasileira do século XIX e a questão da identidade entre classe e raça**. Disponível em

<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=f87b7d1f666a0a1d>. Acesso em 08 fev. 2020.

MOURA, Gloria. "Ilhas negras num mar mestiço", In: **CARTA falas, reflexões, memórias**, publicação do Senador Darcy Ribeiro. Brasília 4, n.13,1996.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. **1978-1988: 10 anos de luta contra o racismo**. São Paulo: Confraria do Livro, 1988.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2007

MUNANGA, Kabenele. Uma Abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB**, Niterói/RJ, 2000, n. 5, pp. 15 – 34.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília-DF: MEC/SECAD, 2005. p. 15-20.

MUNANGA, K. **Por que ensinar a África na escola brasileira?** Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rieb/n62/2316-901X-rieb-62-00020.pdf>. Acesso em 20 jan. 2021.

NÓVOA, A. (org.). **Profissão professor**. Porto. Porto Editora. 2. ed. 1992.

OLIVEIRA, Sônia Terezinha Duarte de. **A Cultura afro no ensino fundamental: análise da aplicação da Lei 10.639/2003 no contexto das escolas municipais de Porto Alegre**, 2012. Monografia (Graduação) UFRGS, 2012.

OLIVEIRA, Bruno Correia de. LINDNER, Edson Luiz. **Ensino de Ciências e as relações Étnico-Raciais: um olhar para a Base Nacional Comum**. Research, Society and Development, v. 9, n. 10, 2020.

ONOFRE, Joel Alves. **A Lei 10.639/03 e seus desdobramentos em uma escola quilombola**. 2014. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18024/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20V.%20Final%20Joelson%20A%20Onofre.pdf>. Acesso em 04 mar. 2021.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **O mundo negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescendentes e educação**. São Paulo, 2007.

PEREIRA, Marcio Moreira; SILVA, Mauricio Pedro. Percurso da lei 10639/03: antecedentes e desdobramentos. **Linguagens & Cidadania**, v. 01, Jan./Dez. 2012. Pelotas/RS: UFPEL, p. 01-12.

POPINIGIS, Fabiene. Africanos e descendentes na história do primeiro mercado público de Desterro. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Beatriz Zimmermann (org.). **História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

PRADO, Maria Emília. **Memória das desigualdades: os impasses das cidadanias no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

PRADO, Eliane Mimesse. FATIMA, Lilian Elizabete da Silva de. **Os desafios da prática docente na aplicação da Lei 10.639/03**. **Revista Intersaberes**. | v.11, n. 22, São José do Rio Preto/SP: Uninter, p. 124 – 139, Jan.- abr. 2016.

RAEDERS, Georges. **O inimigo cordial do Brasil: o conde de Gobineau**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

REIS, João José. **A morte é uma festa: rituais fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1988.

RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico**. Companhia das Letras: São Paulo, 2005.

RUSSEL-WOOD, Anthony John R. **Escravos e libertos no Brasil colônia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei nº. 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do movimento negro. In: **Educação anti-racista; caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, Isabel Passos de Oliveira. **A Lei nº 10.639/03 e sua implementação nas escolas municipais de Campinas**. Disponível em

http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/254125/1/Santos_IsabelPasso_sdeOliveira_M.pdf. Acesso em 08 fev. 2021.

SANTOS, Maria Jorge Leite dos. Tráfico Atlântico, escravidão e resistência no Brasil.

Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, 10, n. 29, São Paulo, ago. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/137196/132982> Acesso em: 25 de fevereiro de 2021.

SANTOS, Lucíola de C. P; LOPES, José de Souza Miguel. Globalização, multiculturalismo e currículo. In: MOREIRA, Antonio Flavio (org.). **Currículo: questões atuais**. Campinas: Papirus, 1997.

SANTOS, R.E. A Lei 10.639 e o ensino de Geografia: construindo uma agenda de pesquisa-ação. **Revista Tamoios**, v. 7. nº 1, p. 4-24, Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.

SCARANO, Julita. **Cotidiano e solidariedade**: vida diária das gentes de cor nas minas Gerais do século XVIII. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SCHWARCZ, Lilian Moritz; GOMES, Flávio (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOARES, Magda. Metodologias não convencionais em teses acadêmicas. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Novos enfoques da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1992, p. 119-128.

SILVÉRIO, Valter Roberto. A (re)configuração do nacional e a questão da diversidade. In: ABRAMOWICZ, A.; SILVÉRIO, V. R. SILVÉRIO, V. (org.). **Afirmando diferenças**: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. Campinas, SP: Papirus, 2005.

SCHWARCZ, L. M. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SOUZA, Laura de Mello e. Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII. In: SOUZA, Laura de Melo e. **Norma e conflito**: aspectos da história de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. p. 83-110.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2009.

THORNTON, John Kelly. **A África e os africanos na formação do novo mundo: 1400- 1800**. Trad. Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Currículo**: a atividade humana como princípio educativo. 3. ed. São Paulo: Libertad, 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**.

2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

VIANNA, Gilberto de Souza. Covid-19 e o estado nú:as agruras do combate a uma epidemia no Brasil na primeira metade do século XXI. In: DANTAS, Alexis T; LEMOS, Maria Tereza Toríbio Brittes (org.). **América Latina em tempos de pandemia**: crises, mortes, descasos, solidão. Rio de Janeiro: Estudos Americanos, 2020. p. 68-91.

VIOTTI DA COSTA, Emília. **Da monarquia à República**. São Paulo: UNESP, 1999.